

Janeiro 2015

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- CIVIL -

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 14 de dezembro de 2014

Contrato de Adesão – Cláusula Contratual Geral

As cláusulas contratuais gerais costumam caracterizar-se pela desigualdade entre as partes, pela complexidade e pela natureza formulária, ainda que estas características não sejam de verificação necessária.

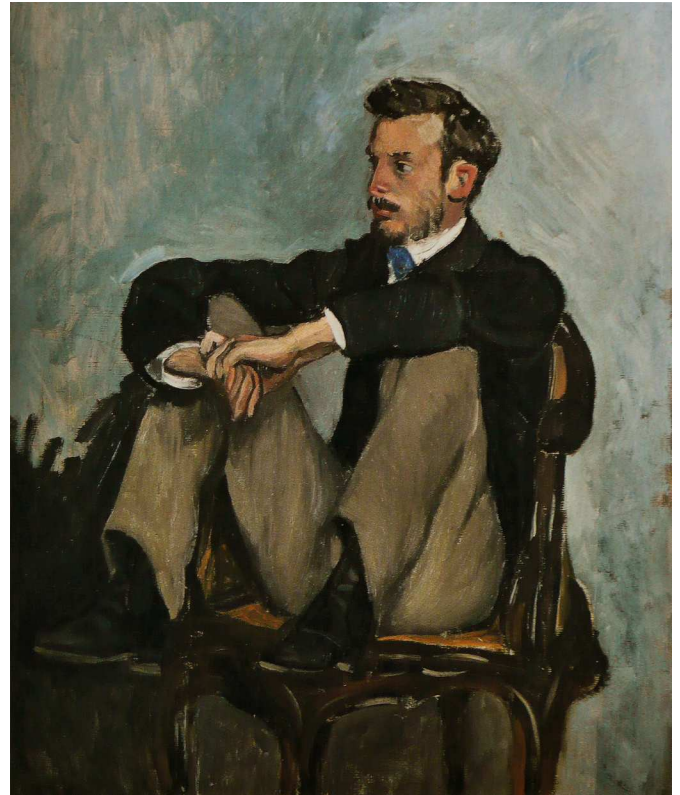
Também as cláusulas contratuais são normalmente completas e exaustivas, regulando todas as questões de verificação entre as partes, a um nível jurídico, não acessível a leigos. Finalmente as cláusulas contratuais gerais constam normalmente de formulários, de letra reduzida e leitura difícil, que o aderente não examina detalhadamente, limitando-se a neles incluir os seus elementos de identificação.

O grau de diligência postulado por parte do aderente nos contratos de adesão não deve ser apreciado in abstracto, mas de acordo com as circunstâncias típicas de cada caso, como é usual no Direito Civil. Por isso, não se justifica que a proteção concedida à parte mais fraca fosse ao ponto de abarcar as situações em que a falta de conhecimento das cláusulas apenas decorreu de um comportamento negligente ou pouco diligente dessa parte que, apesar de ter sido colocado em posição de conhecer essas cláusulas (assinou o contrato e rubricou as demais folhas que o compõem) não teve qualquer preocupação em assegurar-se do seu teor.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 17 de dezembro de 2014

Contrato de Aluguer de Longa Duração (ALD) - Resolução

A resolução do contrato só é permitida quando haja incumprimento definitivo imputável ao devedor e depende sempre da verificação de um fundamento que é o facto do incumprimento ou a situação de inadimplência. Sendo que, o direito potestativo de resolver o contrato com base em cumprimento defeituoso da contraparte pressupõe a existência de um contrato bilateral.



O contrato denominado de ALD tem sido qualificado como um contrato atípico e pode configurar-se como um contrato indireto, sendo o tipo de referência o aluguer e o fim indireto a venda a prestações com reserva de propriedade. Nele convencionou-se a aquisição do bem pelo locatário no termo do prazo do contrato, mediante inclusão de promessa de compra e/ou venda ou uma proposta irrevogável de venda, o qual tenderá a ficar integralmente pago com a liquidação da última renda.

A prometida compra e venda só pode ocorrer no fim do contrato de ALD, mediante a celebração do correspondente contrato entre o locatário e o terceiro interposto pelo locador, verificando-se, então, a transferência de propriedade.

É impossível, por falta de objeto, a resolução extrajudicial do contrato de compra e venda pelo locatário na vigência do contrato de ALD.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 8 de janeiro de 2015

Direito de Preferência – Ação de Preferência – Caducidade

Os direitos legais de preferência destinam-se, na maioria dos casos, a facilitar a extinção de situações que não são as mais consentâneas com

a desejável exploração dos bens, como sejam a comunhão de direitos (artigos 1409º e 2130º do CC), a propriedade onerada com direitos reais limitados de gozo (artigos 1535º e 1555º, n.º 1, do CC) e a existência de terrenos agrícolas com área inferior à unidade de cultura (artigo 1380º do CC), bem como a proporcionar o acesso à propriedade de quem está a fruir os bens ao abrigo de um direito de gozo tendencialmente duradouro (artigo 1117º, n.º 1, do CC).

Na ação de preferência, prevista no artigo 1410º do CC, são dois os ónus que recaem sobre o preferente: (i) interpor a ação no prazo de seis meses a contar da data em que teve conhecimento dos elementos essenciais da alienação; (ii) depositar o preço devido nos 15 dias seguintes à propositura da ação. A existência do referido prazo justifica-se na medida em que a alienação a terceiro faz com que a discussão, em torno do direito de preferir, extravase a relação entre preferente e sujeito passivo, criando uma situação de incerteza passível de afetar não só os direitos daquele, como ainda a própria segurança do tráfico jurídico, o que reclama uma rápida clarificação da situação jurídica.

Trata-se de um prazo de caducidade que apenas pode ser impedido pela prática do ato a que a lei atribui efeito impeditivo e que, no caso dos autos, mais não é do que a propositura da ação antes de esgotado o prazo de 6 meses.

Tendo os autores tido conhecimento dos elementos essenciais da compra e venda em 24-06-2008 e tendo a presente ação dado entrada em Tribunal em 17-12-2014, é de concluir pela tempestividade do exercício do direito de preferência daqueles.

Não releva, para efeitos de contagem do prazo de caducidade, a circunstância de os autores na réplica – em 11-06-2010, quando já havia decorrido mais do que os aludidos 6 meses – terem ampliado o pedido e a causa de pedir, na medida em que tal constitui o desenvolvimento e normal tramitação da ação, não se confundindo com a sua efetiva propositura.

- BANCÁRIO -

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17 de dezembro de 2014

Depósito Bancário – Conta Solidária – Titularidade

O depósito bancário, em sentido próprio, é um depósito em dinheiro, constituído junto de um banqueiro, tratando-se de operação associada a uma abertura de conta.

Nas contas de depósito solidárias qualquer um dos titulares tem a faculdade de exigir, por si só, a prestação integral, o mesmo é dizer, o reembolso de toda a quantia depositada, caso em que a prestação assim efetuada liberta o devedor (banco

depositário) para com todos eles (cf. art.º 512.º do Código Civil). Dado este particular regime, assenta necessariamente numa relação de confiança entre os contitulares, que não desconhecem a possibilidade de apenas um deles reclamar a totalidade do saldo.

Questão diversa é saber qual a quota-parte que cada um dos titulares detém no saldo da conta solidária, impondo-se distinguir entre “titularidade da conta” e “propriedade dos fundos”.

Sendo a inventariada e a interessada reclamante contitulares de conta solidária e tendo sido feita prova de que os fundos nela existentes provinham exclusivamente de poupanças e pensões de reforma da primeira, não há que recorrer à presunção estabelecida no art.º 516.º do CC, que pressupõe um estado de dúvida que no caso não existe.

Não obstante ter ficado demonstrado que a dita interessada procedeu ao levantamento, mais de quatro anos antes da morte da inventariada, do saldo da dita conta solidária, que transferiu para conta sua, se não se apurou que tal movimento foi feito sem o conhecimento e consentimento da inventariada, assim correspondendo a uma ilícita apropriação dos dinheiros que a esta pertenciam, factos estes que nem alegados foram, não é possível afirmar a existência de um crédito da herança sobre aquela interessada, cuja prova cumpria ao cabeça de casal, que como tal o relacionou.

- PROCESSO PENAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 6 de janeiro de 2015

Medida de Coação – Recurso

É admissível recurso do Ministério Público de decisão que indefere, revoga ou declara extinta medida de coação por ele requerida ou proposta.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- FINANCEIRO -

Portaria n.º 281/2014, de 30 de dezembro de 2014

Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2014.

[Lei n.º 82-A/2014, de 31 de dezembro de 2014](#)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.

[Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro de 2014](#)

Orçamento do Estado para 2015.

[Decreto-Lei n.º 6/2015, de 8 de janeiro de 2015](#)

Estabelece as condições e as regras a observar na criação de sistemas de incentivos aplicáveis às empresas no território do continente.

- FISCAL -

[Lei n.º 82-C/2014, de 31 de dezembro de 2014](#)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-B/88](#), de 30 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados membros diferentes e adequando o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.

[Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro de 2014](#)

Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.

[Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro de 2014](#)

Procede a uma reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a lei geral tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o [Decreto-Lei n.º 26/99](#), de 28 de janeiro, e revoga o [Decreto-Lei n.º 42/91](#), de 22 de janeiro.

[Despacho n.º 309-A/2015, de 12 de janeiro de 2015](#)

Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2015.

[Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro de 2015](#)

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de dezembro, procede à



reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 215/89](#), de 1 de julho, o Código do Imposto do Selo, aprovado pela [Lei n.º 150/99](#), de 11 de setembro e a [Lei n.º 64-A/2008](#), de 31 de dezembro.

- SEGURANÇA SOCIAL -

[Portaria n.º 286-A/2014, de 31 de dezembro de 2014](#)

Estabelece as normas de atualização das pensões mínimas do regime geral da segurança social para o ano de 2015.

- ADMINISTRATIVO -

[Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro de 2015](#)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, aprova o novo Código do Procedimento.

- IMOBILIÁRIO -

[Portaria n.º 278-A/2014, de 29 de dezembro de 2014](#)

Estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2015.

[Portaria n.º 280/2014, de 30 de dezembro de 2014](#)

Fixa o valor médio de construção por metro de quadrado a vigorar no ano 2015 que será de € 482,40.